



Município de Almeirim

DOCUMENTO  
DE PRESTAÇÃO  
DE  
CONTAS  
CONSOLIDADAS

2014

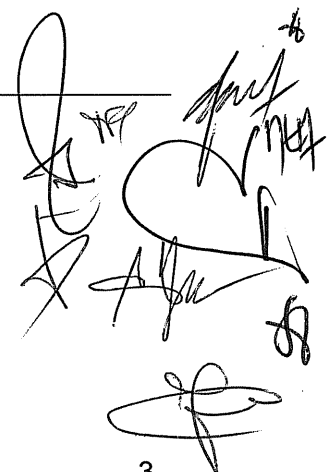


A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located in the top right corner of the page. The signatures are stylized and overlapping.

# **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS**

**MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**

**EXERCÍCIO DE  
2014**



## ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	3
1.1 Introdução	4
1.2 Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação	5
1.3 Análise da Atividade Consolidada do Grupo Municipal	7
1.4 Perspetivas Futuras	12
1.5 Factos Relevantes Ocorridos Após o Encerramento do Exercício	12
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	13
2.1 Balanço Consolidado	14
2.2 Demonstração de Resultados Consolidados, por Natureza	17
2.3 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados	18
2.4 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	19

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large circular stamp and several scribbled-out marks.

# 1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



## 1.1 INTRODUÇÃO

O Município de Almeirim apresenta os documentos de prestação de contas consolidadas relativamente ao exercício de 2014.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do art.º 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Em 2014 é particularmente relevante o referido no n.º 6 desta Lei, que se transcreve: “Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.”

O artigo 7.º da Lei n.º 50/2012 acima referido, indica, no seu n.º 1, que: “As sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas pessoas coletivas de direito público integram-se no setor empresarial da entidade que, no conjunto das participações de natureza pública, seja titular da maior participação ou que exerça qualquer outro tipo de influência dominante.”

O Município não elaborou as contas consolidadas, na medida em que, face aos artigos anteriores, tinha o entendimento que, não tendo influência dominante nem significativa e não sendo o titular da maior participação nas entidades participadas referidas no ponto 1.2, essa responsabilidade recairia sobre os acionistas/sócios majoritários.

Tendo solicitado a clarificação junto do Tribunal de Contas relativamente às contas consolidadas de 2014, não obteve resultado relevante. Entretanto, o Tribunal de Contas, no final de 2016, clarificou que deveria apresentar as contas consolidadas de 2015, pelo que o Município entendeu apresentar igualmente as contas consolidadas referentes ao exercício de 2014.

Os princípios, procedimentos e métodos de consolidação utilizados na preparação destes documentos, bem como os modelos a adaptar para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas constam da Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a Orientação n.º 1/2010 “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, das instruções emitidas pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) para a consolidação de contas pelos municípios referentes ao exercício de 2010 e seguintes (durante a vigência do regime transitório previsto

na Portaria atrás referida) e subsidiariamente pelos normativos contabilísticos aplicáveis individualmente às entidades do Grupo Municipal – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e Sistema de Normalização Contabilística.

Relativamente aos métodos de consolidação, os normativos acima referidos preveem:

- método da simples agregação – aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante.
- método da consolidação integral – aplica-se nos casos em que existe uma participação social/estatutária numa entidade de natureza empresarial e se verifica a existência de influência dominante por parte da entidade consolidante.
- método da equivalência patrimonial (MEP) - aplica-se nos casos em que existe uma participação social/estatutária numa entidade de natureza empresarial e se verifica a existência de influência significativa por parte da entidade consolidante ou quando não se aplica um dos métodos anteriores.

## 1.2 ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O conjunto consolidável e os métodos de consolidação a adotar para cada entidade, definidos em função do controlo ou influência exercida pelo Município sobre cada uma dessas entidades, são os seguintes:

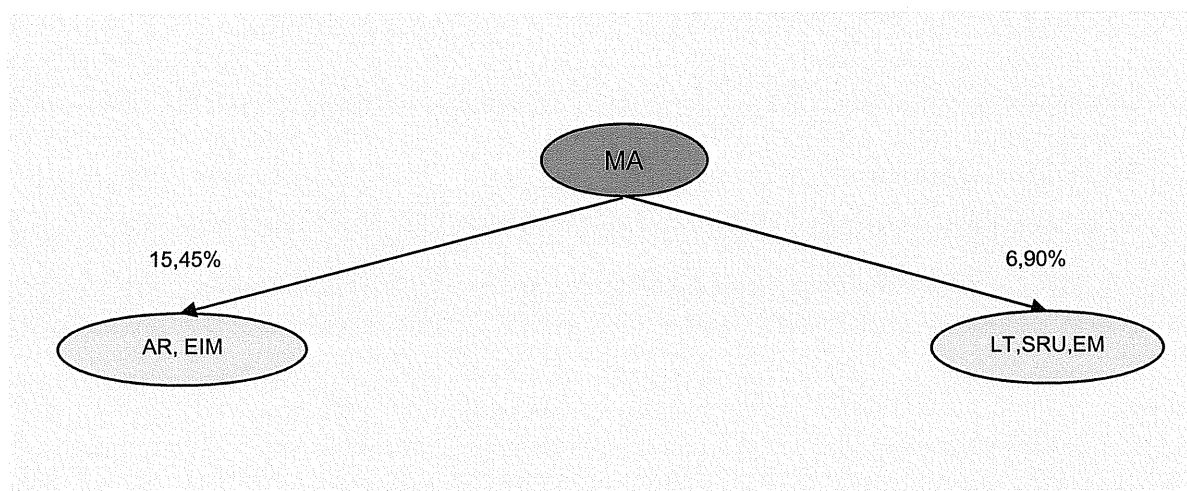
COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO CONSOLIDÁVEL E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO A ADOTAR

Participação		% de Participação	% de Controlo	Entidade a Consolidar	Método de Consolidação
De	Em				
MA	AR, EIM	15,45	15,45	Sim	MEP
MA	LT, SRU, EM	6,90	6,90	Sim	MEP

Em função das percentagens de controlo, as entidades incluídas no perímetro de consolidação foram o Município de Almeirim (MA), a AR - Águas do Ribatejo, EIM (AR, EIM) e a LT - Lezíria do Tejo, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM (LT, SRU, EM), apesar das entidades participadas incluídas serem entidades “meramente participadas”, ou seja, aquelas onde o Município não exerce, nem controlo, nem influência significativa.

Relativamente à AR, EIM e à LT, SRU, EM, por se tratarem de entidades do setor empresarial local e face à participação que o Município detém nestas empresas, as mesmas foram consideradas nas contas do Grupo Municipal através do método da equivalência patrimonial (MEP).

Com base nos elementos anteriores, é possível estabelecer o seguinte organograma do Grupo Municipal de Almeirim:



Foram efetuados os movimentos abaixo descritos diretamente sobre as contas da entidade-mãe (em €):

## 2014

	AR, EIM	LT, SRU, EM
1. Total dos capitais próprios	53 907 190,59	457 453,40
2. Subsídios contabilizados em "Outras variações nos capitais próprios"	43 074 034,98	0,00
3. Capital social realizado	6 871 861,00	435 950,30
4. Resultado Líquido do Período	762 473,90	4 959,39
5. Situação Líquida Ajustada ( 1. – 2. – 3. – 4. )	3 198 820,71	16 543,71
6. Quota parte na Situação Líquida Ajustada (5. * % participação)	494 217,80	1 141,52
7. Quota parte no Resultado Líquido do Período (4. * % participação)	117 802,22	342,20
Contas movimentadas:		
411 – Partes de Capital	612 020,02	1 483,72
55 – Ajustamentos de Capital	494 217,80	1 141,52
78 – Proveitos e Ganhos Financeiros	117 802,22	342,20

### 1.3 ANÁLISE DA ATIVIDADE CONSOLIDADA DO GRUPO MUNICIPAL

O presente ponto tem por objetivo proceder a uma avaliação dos resultados alcançados pelo Grupo Municipal de Almeirim ao longo do exercício de 2014, bem como da sua situação económica e financeira no final do exercício.

#### Demonstração de Resultados Consolidados, por Natureza

Relativamente à componente económica, apresenta-se o quadro seguinte:

		(em €)	
		2014	%
<b>PROVEITOS OPERACIONAIS</b>			
1	Vendas e Prestações de Serviços	1 071 024,23	9,11%
2	Impostos e Taxas	3 813 797,83	32,43%
3	Transferências e Subsídios Obtidos	6 876 516,94	58,47%
4	Outros Proveitos Operacionais (inc. 73 + 75 + 76)	0,00	0,00%
	<b>TOTAL DOS PROVEITOS OPERACIONAIS.....</b>	<b>11 761 339,00</b>	<b>100</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>			
5	CMVMC	811 727,09	5,11%
6	FSE	3 610 177,03	22,73%
7	Custos com o Pessoal	4 566 423,21	28,75%
8	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	1 493 735,39	9,40%
9	Amortizações do Exercício	5 260 194,72	33,12%
10	Provisões do Exercício	139 112,71	0,88%
11	Outros Custos Operacionais	1 199,03	0,01%
	<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS.....</b>	<b>15 882 569,18</b>	<b>100</b>
<b>RESULTADOS</b>			
12	Resultados Operacionais	-4 121 230,18	-
13	Resultados Financeiros	746 718,57	-
14	Resultados Correntes (12 +/- 13)	-3 374 511,61	-
15	Resultados Extraordinários	113 054,91	-
16	Resultados Antes de Impostos (14 +/- 15)	-3 261 456,70	-
17	<b>Resultado Consolidado Líquido do Exercício</b>	<b>-3 261 456,70</b>	<b>-</b>

Em relação aos proveitos operacionais, constata-se que os “Impostos e Taxas” e as “Transferências e Subsídios Obtidos” representam 90,90% dos proveitos operacionais do Grupo.

As amortizações do exercício representam (33,12%) da estrutura de custos operacionais, seguindo-se os custos com o pessoal (28,75%) e os fornecimentos e serviços externos (22,73%).

No que respeita à formação e apuramento dos resultados, os resultados financeiros e extraordinários contribuíram positivamente para o resultado consolidado líquido do exercício que foi negativo em € 3.261.456,70.

### Balanço Consolidado

No que diz respeito à componente financeira, apresenta-se o seguinte quadro:

		(em €)	
		2014	%
<b>ATIVO</b>			
1	Ativo Fixo Líquido	70 802 797,43	96,74
2	Ativo Circulante	2 383 815,17	3,26
2.1	Existências	116 908,44	0,16
2.2	Realizável	471 321,14	0,64
2.2.1	a Médio/Longo Prazo	0,00	0,00
2.2.2	a Curto Prazo	460 819,96	0,63
2.3	Disponível	1 535 552,16	2,10
2.4	Acréscimos e Diferimentos	270 534,61	0,37
	<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<b>73 186 612,60</b>	<b>100</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>			
3	Património	99 478 193,59	179,94
4	Ajustamento de Partes de Capital em Empresas	495 359,32	0,90
5	Reservas	324 761,05	0,59
6	Resultados Transitados	-41 753 265,47	-75,53
7	Resultado Consolidado Líquido do Exercício	-3 261 456,70	-5,90
	<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS.....</b>	<b>55 283 591,79</b>	<b>100</b>
<b>PASSIVO</b>			
8	Provisões	206 426,00	1,15
9	Exigível	8 214 790,13	45,88
9.1	a Médio/Longo Prazo	7 078 078,81	39,54
9.2	a Curto Prazo	1 136 711,32	6,35
10	Acréscimos e Diferimentos	9 481 804,68	52,96
	<b>TOTAL DO PASSIVO.....</b>	<b>17 903 020,81</b>	<b>100</b>

O ativo líquido do Grupo Municipal atingiu o valor de € 73.186.612,50, sendo composto, na sua maioria, por ativo fixo (96,74%). O ativo circulante representa 3,26% do ativo total.

O passivo do Grupo totalizou € 17.903.020,81, sendo os acréscimos e diferimentos os mais representativos (52,96%), em particular, os proveitos diferidos referentes a subsídios para investimentos. O endividamento de médio e longo prazo representa 39,54% do passivo e o exigível a curto prazo (6,35%).

Os fundos próprios, fixaram-se em € 55.283.591,79.

### Fluxos de Caixa Orçamentais Consolidados

A síntese do mapa de fluxos de caixa orçamentais consolidados encontra-se apresentada na página seguinte. Nela podemos verificar que as receitas arrecadadas pelo Grupo totalizaram € 13.269.510,09, repartidas em receitas de naturezas corrente € 12.427.665,51 (93,7%) e capital/outras receitas € 841.844,58 (6,3%).

À semelhança do referido ao nível dos proveitos, os recebimentos do Grupo mais relevantes foram as transferências correntes (49,1%) e os impostos diretos (26,8%).

No tocante às despesas pagas, estas atingiram o valor de € 13.073.968,44, tendo as despesas correntes e de capital representado 81,4% e 18,6%, respetivamente.

Os agrupamentos mais representativos relativamente ao total dos pagamentos efetuados foram os das despesas com o pessoal (35,0%) e as aquisições de bens e serviços (34,2%).

O saldo orçamental, transitado, para a gerência seguinte, é de € 1.297.718,82.

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

SÍNTESE DOS FLUXOS DE CAIXA ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS 2014

RECEITA	VALOR (€)	%	DESPESA	VALOR (€)	%
<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>	<b>1.102.177,17</b>		<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>	<b>1.297.718,82</b>	
<b>RECEITAS ORÇAMENTAIS</b>	<b>13.269.510,09</b>	<b>100,00</b>	<b>DESPESAS ORÇAMENTAIS</b>	<b>13.073.968,44</b>	<b>100,00</b>
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 Impostos Diretos	3.550.056,30	26,8	01 Despesas com Pessoal	4.579.593,97	35,0
02 Impostos Indiretos	96.544,61	0,7	02 Aquisição de Bens e Serviços	4.476.694,35	34,2
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	106.177,11	0,8	03 Juros e Outros Encargos	117.548,11	0,9
05 Rendimentos de Propriedade	938.208,80	7,1	04 Transferências Correntes	1.415.631,49	10,8
06 Transferências Correntes	6.512.117,05	49,1	05 Subsídios	0,00	0,0
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	1.110.515,03	8,4	06 Outras Despesas Correntes	57.853,36	0,4
08 Outras Receitas Correntes	114.046,61	0,9	<b>DESPESAS DE CORRENTES</b>	<b>10.647.321,28</b>	<b>81,4</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.427.665,51</b>	<b>93,7</b>			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 Venda de Bens de Investimento	38.953,26	0,3	07 Aquisição de Bens de Capital	1.717.122,39	13,1
10 Transferências de Capital	788.249,06	5,9	08 Transferências de Capital	15.660,36	0,1
11 Ativos Financeiros	0,00	0,0	09 Ativos Financeiros	0,00	0,0
12 Passivos Financeiros	0,00	0,0	10 Passivos Financeiros	693.864,41	5,3
13 Outras Receitas de Capital	0,00	0,0	11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,0
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>827.202,32</b>	<b>6,2</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.426.647,16</b>	<b>18,6</b>
OUTRAS RECEITAS					
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	14.642,26	0,1			
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>14.642,26</b>	<b>0,1</b>			
<b>TOTAL .....</b>	<b>14.371.687,26</b>		<b>TOTAL .....</b>	<b>14.371.687,26</b>	



**Indicadores**

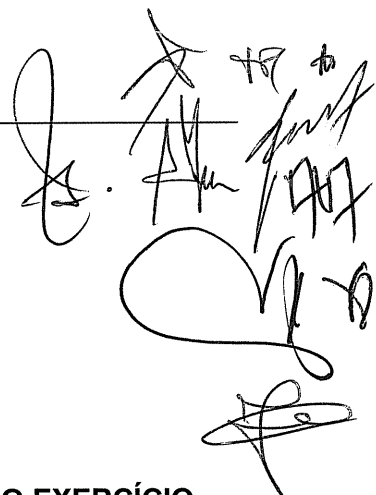
No quadro seguinte são apresentados os principais indicadores económico-financeiros do Grupo Municipal:

**PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL**

INDICADOR			2014
1	Liquidez Geral	Disponível + Realizável a curto prazo + Existências	186%
		Exigível a curto prazo	
2	Liquidez Reduzida	Disponível + Realizável a curto prazo	176%
		Exigível a curto prazo	
3	Liquidez imediata	Disponível	135%
		Exigível a curto prazo	
4	Autonomia Financeira	Fundos próprios	76%
		Ativo Líquido	
5	Cobertura do Passivo pelo ativo	Ativo total	409%
		Passivo total	
6	Cobertura do ativo fixo pelos capitais permanentes	Capitais permanentes	88%
		Ativo fixo	
7	Grau de dependência dos empréstimos a M/L prazos	Empréstimos a M/L prazo	10%
		Ativo total	
8	Relação entre património e Ativo Total	Património	136%
		Ativo total	
9	Endividamento	Passivo	24%
		Ativo Líquido	
10	Endividamento M/L prazo	Dívidas de M/L prazo	10%
		Ativo Líquido	

Os indicadores de liquidez evidenciam que as disponibilidades ou o ativo circulante permitem assegurar integralmente os compromissos assumidos e exigíveis no curto prazo, em particular, resultado da redução do exigível de curto prazo.

Os rácios de autonomia financeira e endividamento estão interligados e encontram-se dentro do quadro referencial geral para as entidades deste setor (os fundos próprios representarem mais de metade do conjunto fundos próprios e passivo).

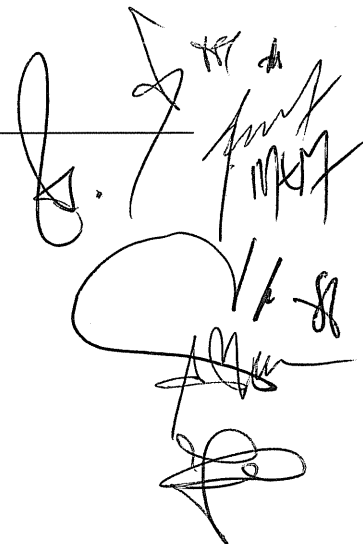
Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

#### 1.4 PERSPETIVAS FUTURAS

Não existiram factos relevantes a assinalar.

#### 1.5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não existiram factos relevantes a assinalar.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## 2.1 BALANÇO CONSOLIDADO

(em €)

Código das Contas POCAL	ATIVO	Grupo Municipal Almeirim			
		2014			2013
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	2 103 074,71		2 103 074,71	
452	Edifícios	896 450,43	386 248,13	510 202,30	
453	Outras construções e infraestruturas	93 443 770,59	61 235 162,99	32 208 607,60	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	37 529,48	6 726,36	30 803,12	
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	21 509,94		21 509,94	
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		96 502 335,15	61 628 137,48	34 874 197,67	
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	14 228 102,94		14 228 102,94	
422	Edifícios e outras construções	24 891 545,19	6 949 155,08	17 942 390,11	
423	Equipamento básico	4 052 732,65	3 341 152,59	711 580,06	
424	Equipamento de transporte	1 880 391,63	1 574 927,99	305 463,64	
425	Ferramentas e utensílios	111 574,26	100 716,39	10 857,87	
426	Equipamento administrativo	1 338 094,67	1 282 714,96	55 379,71	
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	25 682,23	20 624,97	5 057,26	
442	Imobilizações em curso	324 981,46		324 981,46	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		46 853 105,03	13 269 291,98	33 583 813,05	
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 712 501,14		1 712 501,14	
412	Obrigações e títulos de participação	632 285,57		632 285,57	
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		2 344 786,71		2 344 786,71	
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	115.762,69		115.762,69	
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	1.145,75		1.145,75	
37	Adiantamentos por conta de compras				
		116.908,44		116.908,44	

## MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

(em €)

Código das Contas POCAL	ATIVO	Grupo Municipal Almeirim			
		2014			2013
		AB	AP	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	127 458,58		127.458,58	
212	Contribuintes, c/c	199 501,36		199.501,36	
213	Utentes, c/c	64 579,46		64.579,46	
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	597 770,62	592 182,89	5.587,73	
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica	57 093,00		57 093,00	
262+263+267+268	Outros devedores	6 599,83		6 599,83	
		1 053 002,85	592 182,89	460 819,96	
	Títulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.535.240,39		1.535.240,39	
11	Caixa	311,77		311,77	
		1.535.552,16		1.535.552,16	
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	218.848,64		218.848,64	
272	Custos diferidos	51.685,97		51.685,97	
		270.534,61		270.534,61	
	Total das amortizações		74 897 429,46		
	Total das provisões		592 182,89		
	Total do ativo	148 676 224,95	75 489 612,35	73 186 612,60	

## MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

(em €)

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Grupo Municipal Almeirim	
		2014	2013
	Fundos próprios		
51	Património	99.478.193,59	
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	495 359,32	
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	324.761,05	
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos		
59	Resultados transitados	-41 753 265,47	
88	Resultado líquido do exercício	-3 261 456,70	
	Total dos fundos próprios	55 283 591,79	
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	206.426,00	
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
2312	Empréstimos de médio e longo prazos	6.447.408,90	
2612	Fornecedores de imobilizado, c/c	89.139,34	
268	Outros credores	541.530,57	
		7.078.078,81	
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2312	Empréstimos de médio e longo prazos	697.850,00	
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	23.430,09	
228+2618	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	32.621,63	
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611+2612	Fornecedores de imobilizado, c/c	53.098,09	
24	Estado e outros entes públicos	53.691,65	
264	Administração autárquica		
262+263+265+266+268	Outros credores	110.145,41	
217+2613+2686	Clientes e utentes com garantias e cauções	165.874,45	
		1.136.711,32	
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	578.001,79	
274	Proveitos diferidos	8.903.802,89	
		9.481.804,68	
	Total do passivo	17.903.020,81	
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	73 186 612,60	

## 2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS, POR NATUREZA

Código das Contas POCAL		Grupo Municipal Almeirim			
		2014		2013	
	<b>CUSTOS E PERDAS</b>				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				
	Mercadorias	14.346,90			
	Matérias	797.380,19	811.727,09		
62	Fornecimentos e Serviços Externos		3.610.177,03		
641+642	Custos com o Pessoal				
643 a 648	Remunerações	3.578.272,99			
	Encargos Sociais	988.150,22	4.566.423,21		
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais		1.493.735,39		
66	Amortizações do Exercício		5.260.194,72		
67	Provisões do Exercício		139.112,71		
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		1.199,03		
68	(A)..... Custos e Perdas Financeiros		15.882.569,18		
			122.083,68		
69	(C)..... Custos e Perdas Extraordinários		16.004.652,86		
			387.540,33		
88	(E)..... Resultado Líquido do Exercício		16.392.193,19		
			-3.261.456,70		
	<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
7111	Vendas e Prestações de Serviços				
7112 a 7119	Venda de Mercadorias				
712+713	Vendas de Produtos	157.756,26			
	Prestações de Serviços	913.267,97	1.071.024,23		
72	Impostos e Taxas		3.813.797,83		
(a)	Variação da Produção				
75	Trabalhos para a Própria Entidade				
73	Proveitos Suplementares				
74	Transferências e Subsídios Obtidos		6.876.516,94		
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais				
	(B).....		11.761.339,00		
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		868.802,25		
	(D).....		12.630.141,25		
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		500.595,24		
	(F).....		13.130.736,49		
Resumo:					
	Resultados Operacionais: (B) - (A); .....	-4.121.230,18			
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A); .....	746.718,57			
	Resultados Correntes: (D) - (C); .....	-3.374.511,61			
	Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E); .....	-3.261.456,70			



## 2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

		(em €)
RECEBIMENTOS		2014
<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>		<b>1.414.077,22</b>
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		1.102.177,17
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		311.900,05
<b>RECEITAS ORÇAMENTAIS</b>		<b>13.269.510,09</b>
01	IMPOSTOS DIRETOS	3.550.056,30
02	IMPOSTOS INDIRETOS	96.544,61
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	106.177,11
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	938.208,80
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.512.117,05
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.110.515,03
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	114.046,61
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	38.953,26
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	788.249,06
11	ATIVOS FINANCEIROS	0,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	14.642,26
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>12.427.665,51</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>827.202,32</b>
<b>TOTAL DE OUTRAS RECEITAS</b>		<b>14.642,26</b>
<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b>		<b>888.271,90</b>
<b>TOTAL .....</b>		<b>15.571.859,21</b>
PAGAMENTOS		2014
<b>DESPESAS ORÇAMENTAIS</b>		<b>13.073.968,44</b>
01	DESPESAS COM PESSOAL	4.579.593,97
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.476.694,35
03	JUROS E OUTRAS ENCARGOS	117.548,11
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.415.631,49
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.853,36
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.717.122,39
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.660,36
09	ATIVOS FINANCEIROS	0,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	693.864,41
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CORRENTES</b>		<b>10.647.321,28</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>2.426.647,16</b>
<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b>		<b>962.338,61</b>
<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>		<b>1.535.552,16</b>
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		1.297.718,82
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		237.833,34
<b>TOTAL .....</b>		<b>15.571.859,21</b>

## 2.4 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Introdução

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) é omissivo quanto às normas respeitantes à consolidação, bem como às entidades cujas contas são apresentadas num pressuposto de não continuidade. Desta forma, optou-se por apresentar as contas consolidadas, de acordo com as orientações previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho (que aprova a Orientação n.º 1/2010 - Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo) e as instruções emitidas pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) para a consolidação de contas pelos Municípios para o exercício de 2010 e seguintes (enquanto perdurar o regime transitório previsto no art.º 5.º da citada Portaria), as quais apresentam uma sugestão de um modelo de estrutura do Anexo.

Consequentemente, o modelo sugerido pelo SATAPOCAL foi adotado na elaboração do presente Anexo. Face à ausência, em ambos os normativos acima indicados, sobre a numeração das notas do modelo, indica-se que, as não apresentadas neste Anexo, ou não são aplicáveis ou o seu conteúdo é irrelevante para a análise das Demonstrações Financeiras.

Todos os valores são expressos em euros.

### Nota 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

#### a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	PARTICIPAÇÃO		RELAÇÃO ENTRE ENTIDADES	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
		%	Valor (€)		
Município de Almeirim	Rua 5 de Outubro, 2080-052 Almeirim	-	-	Entidade-Mãe	-
AR – Águas do Ribatejo, EIM	Rua Gaspar Costa Ramalho n.º 38, 2120-098 Salvaterra de Magos	15,45	1.061.893,00	Entidade Não Controlada	MEP
LT - Lezíria do Tejo, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	Quinta das Cegonhas, apartado 577, 2001-907 Santarém	6,90	30.084,40	Entidade Não Controlada	MEP

# MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

N.º MÉDIO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO	
CARGO/CATEGORIA	MA
Dirigente Intermédio	0
Técnico Superior	22
Assistente Técnico	49
Assistente Operacional	159
Informática	3
Professores	-
Outros	6
<b>Total</b>	<b>239</b>

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma de realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
COTHN – Centro Operativo e Transformador Hortofrutícola, Nacional	505813238	Outra Societária	94995	69.250,06 €	1.500,00 €	2,17	1.500,00 €	1.500,00 €	-	-
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	503956538	Sociedade Anónima	35230	12.500.000,00€	5.520,00 €	0,04	5.520,00 €	5.520,00 €	-	-

## Nota 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

a) Na consolidação de contas foram seguidos os princípios contabilísticos e orçamentais aplicados pelo Município de Almeirim (Entidade-Mãe), nomeadamente, os previstos nos pontos 3.1 e 3.2 do POCAL, e ainda os princípios estabelecidos no ponto 2 da Orientação n.º 1/2010, nomeadamente, a relevância e materialidade, fiabilidade, neutralidade, plenitude e representação fidedigna.

Dado tratar-se da primeira elaboração de contas consolidadas, não é apresentado o comparativo do ano anterior.

b) Não existiram situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada.

c) No decurso do exercício, não ocorreram alterações na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

**Nota 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:**

a) Foram realizados movimentos extra-contabilísticos mencionados no ponto 1.2 do Relatório de Gestão Consolidado, para aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

b) As diferenças de consolidação correspondem às diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo decompor-se em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição, não tendo havido, na medida em que não existem entidades participadas controladas.

e) Não ocorreram, entre a data do balanço das entidades do Grupo e a data do balanço consolidado, acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação, que não se encontrem já refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

h) Ao nível do cálculo das amortizações do exercício, foi utilizado o método das quotas constantes, tendo o Município utilizado as taxas previstas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

i) Na contabilização, pelo Município, das participações em entidades de natureza empresarial foi adotado o custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.1.1 do POCAL, que se transcreve: “O ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. (...)” e adotado o MEP nas Contas Consolidadas.

**Nota 4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos:**

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos (art.º 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial:

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		ELIMINAÇÃO DE CRÉDITOS/DÍVIDAS RECÍPROCOS	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO	
		MA	Total		2014	2013
2312	Empréstimos médio/longo prazos	6.447.408,90	6.447.408,90		6.447.408,90	
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00		0,00	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	89.139,34	89.139,34		89.139,34	
268	Outros credores	541.530,57	541.530,57		541.530,57	
Total . . . .		7.078.078,81	7.078.078,81		7.078.078,81	

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial:

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS A TERCEIROS QUE SE VENCEM NOS 4 ANOS SEGUINTE À DATA DO BALANÇO		ELIMINAÇÃO DE CRÉDITOS/DÍVIDAS RECÍPROCOS	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO	
		MA	Total		2014	2013
2312	Empréstimos médio e longo prazos	4.558.866,36	4.558.866,36		4.558.866,36	
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00		0,00	
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00		0,00	
221	Fornecedores, c/c	23.430,09	23.430,09		23.430,09	
227+228+ +2617	Fornecedores – Fat. recep./conf.	32.621,63	32.621,63		32.621,63	
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00		0,00	
219	Adiant. clientes, contrib. e utentes	0,00	0,00		0,00	
2611+2614	Fornecedores de imobilizado, c/c	142.237,43	142.237,43		142.237,43	
24	Estado e outros entes públicos	53.691,65	53.691,65		53.691,65	
264	Administração autárquica	0,00	0,00		0,00	
262+263+ +267+268	Outros credores	380.910,41	380.910,41		380.910,41	
217+2613	Credores de operações tesouraria	165.874,45	165.874,45		165.874,45	
Total . . . .		5.357.632,02	5.357.632,02		5.357.632,02	

#### Nota 5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros, em 2014, desagregada por tipo:

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

TIPO DE FLUXOS	MA / ...										OBS.
	OBRIGAÇÕES / PAGAMENTOS					DIREITOS / RECEBIMENTOS					
	SALDO INICIAL	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	SALDO INICIAL	DIREITOS CONSTITUÍDOS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES DO EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	
Transferências											
Subsídios											
Empréstimos											
Relações comerciais											
Participações do capital em numerário											
Participações do capital em espécie											
Outros											
Total	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

TIPO DE FLUXOS	... / MA										OBS.
	OBRIGAÇÕES / PAGAMENTOS					DIREITOS / RECEBIMENTOS					
	SALDO INICIAL	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	SALDO INICIAL	DIREITOS CONSTITUÍDOS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES DO EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	
Transferências											
Subsídios											
Empréstimos											
Relações comerciais											
Participações do capital em numerário											
Participações do capital em espécie											
Outros											
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Não existindo entidades controladas, este mapa é relevado sem valores.

**Nota 6. Informações relativas a compromissos:**

- a) O Município de Almeirim incorpora, no seu balanço consolidado, todos os compromissos financeiros, com exceção dos que constam na alínea seguinte, respeitantes a garantias prestadas pelas entidades do Grupo, cujo compromisso só será de relevar se houver acionamento da(s) respetiva(s) garantia(s).
- b) Os pagamentos dos encargos de empréstimos contraídos pelas entidades do Grupo Municipal encontram-se assegurados, no caso da ocorrência de incumprimentos contratuais, pela consignação da receita de fundos municipais (no caso dos empréstimos contraídos pelo Município).

**Nota 7. Informações relativas a políticas contabilísticas:**

- a) Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas tiveram por base o ponto 4 do POCAL, destacando-se:

**Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondendo este à soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

No caso da avaliação do património do Município, para efeitos de balanço inicial, a reconciliação, a avaliação e a amortização dos bens foi efetuada pelos métodos previstos no POCAL, em que, nos casos de impossibilidade de apuramento do custo histórico, foi utilizado o valor patrimonial tributário e o valor de mercado.

No cálculo das amortizações do exercício foi utilizado o método das quotas constantes, tendo o Município utilizado as taxas previstas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

As participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição nas contas individuais do Município e pelo MEP nas contas consolidadas.



### Existências

As existências encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição e quando, na data do balanço, haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, o valor das existências é ajustado ao custo de reposição ou ao valor realizável líquido.

As diferenças, correspondentes aos ajustamentos, encontram-se refletidas na provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

No custeio das saídas de armazém é adotado o método do custo médio ponderado.

### Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

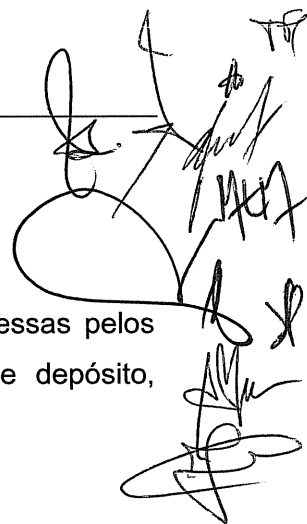
No caso específico das dívidas associadas à atividade do Município de Almeirim, consideram-se de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, sendo o seu montante anual acumulado, determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% - para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% - para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas a terceiros são classificadas em médio/longo prazo nos casos em que o Grupo Municipal possua um direito incondicional de diferimento da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, as dívidas são classificadas em curto prazo.

### Especialização de exercícios

As entidades incluídas na consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".



### **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

### **Provisões para Riscos e Encargos**

O Grupo Municipal regista nesta rubrica a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a processos judiciais em curso, indemnizações e outros.

### **Nota 8. Informações relativas a determinadas rubricas:**

- a) A conta 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”, não tem valores.
- b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões:

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

ATIVO BRUTO

					(em €)
RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANS./ABAT. REGULARIZ.	SALDO FINAL
De bens de domínio público:					
Terrenos e recursos naturais	1 803 879,71	299 195,00			2 103 074,71
Edifícios		896 450,43			896 450,43
Outras construções e infraestruturas	92 856 299,78	1 419 183,47		-831 712,66	93 443 770,59
Bens do patrim. histórico, artístico e cultural	37 529,48				37 529,48
Outros bens de domínio público					
Imobilizações em curso	674 755,48	297 185,36		-950 430,90	21 509,94
Adiantamentos por conta bens dom. público					
	95 372 464,45	2 912 014,26	0,00	-1 782 143,56	96 502 335,15
De imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação					
Despesas de investig. e desenvolvimento					
Propriedade industrial e outros direitos					
Imobilizações em curso					
Adiantamentos por conta imob. incorpóreas					
Diferenças de consolidação					
De imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	14 258 469,57	316 033,25	38 948,63	-307 451,25	14 228 102,94
Edifícios e outras construções	25 214 054,43	595 523,92		-918 033,16	24 891 545,19
Equipamento básico	3 844 594,11	238 721,08		-30 582,54	4 052 732,65
Equipamento de transporte	1 836 529,53	89 556,40	44 255,20	-1 439,10	1 880 391,63
Ferramentas e utensílios	103 545,84	8 347,70		-319,28	111 574,26
Equipamento administrativo	1 277 278,90	76 009,66		-15 193,89	1 338 094,67
Taras e vasilhame					
Outras imobilizações corpóreas	25 682,23				25 682,23
Imobilizações em curso	79 072,24	905 533,97		-659 624,75	324 981,46
Adiantamentos por conta imob. corpóreas					
	46 639 226,85	2 229 725,98	83 203,83	-1 932 643,97	46 853 105,03
De investimentos financeiros:					
Partes de capital	1 098 997,40			613 503,74	1 712 501,14
Obrigações e títulos de participação	500,00	631 785,57			632 285,57
Investimentos em imóveis:					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Outras aplicações financeiras:					
Depósitos em instituições financeiras					
Títulos da dívida pública					
Outros títulos					
Imobilizações em curso					
Adiant. por conta de investim. financeiros					
	1 099 497,40	631 785,57	0,00	613 503,74	2 344 786,71

## AMORTIZAÇÕES, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

(em €)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZ.	SALDO FINAL
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	7.847.111,05	610.901,89	-1.508.857,86	6.949.155,08
Equipamento básico	3.111.951,03	236.524,61	-7.323,05	3.341.152,59
Equipamento de transporte	1.517.412,10	101.771,09	-44.255,20	1.574.927,99
Ferramentas e utensílios	94.571,07	6.145,32		100.716,39
Equipamento administrativo	1.235.075,90	55.785,55	-8.146,49	1.282.714,96
Outras imobilizações corpóreas	20.624,97			20.624,97
	13.826.746,12	1.011.128,46	-1.568.582,60	13.269.291,98
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investig. e desenv.				
Propriedade industrial e out. direitos				
De bens de domínio público:				
Edifícios		18.896,38	367.351,75	386.248,13
Outras construções e infraestruturas	56.730.413,57	4.229.642,32	275.107,10	61.235.162,99
Outros bens de domínio público	6.198,80	527,56		6.726,36
	56.736.612,37	4.249.066,26	642.458,85	61.628.137,48

e) Não existem provisões para depreciação de existências do Grupo.

h) Não figuram, no balanço consolidado, dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

(em €)

DESIGNAÇÃO	2014
Resíduos Sólidos	560.396,52
Educação	237.354,94
Instalações Desportivas, Culturais e Recreativas	207.106,73
Rendas	52.654,65
Outras	13.511,39
Total	1.071.024,23

m) Remunerações líquidas atribuídas aos órgãos executivos:

ENTIDADE	2014
Município	110.055,14

n) Não consta qualquer valor na rubrica «Reservas de reavaliação».

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

(em €)

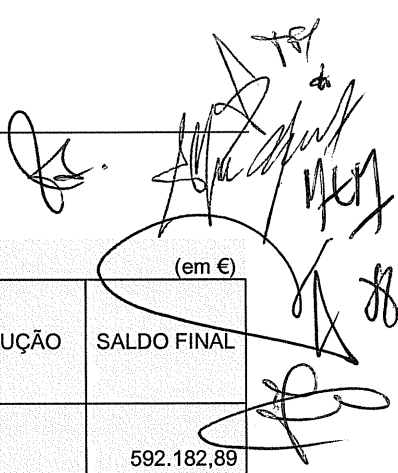
CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	111.668,53		781	Juros obtidos	7.309,97	
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas	118.144,42	
683	Amortizações investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	743.347,86	
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participação de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	10.415,15		787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
	Resultados financeiros	746.718,57		788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
		868.802,25				868.802,25	

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

(em €)

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	15.660,36		791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	2.631,74		794	Ganhos em imobilizações	2.165,33	
695	Multas e penalidades	1.024,63		795	Benefícios de penalidades contratuais	47.194,04	
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões		
697	Correções relativas a exercícios anteriores	368.223,60		797	Correções relativas a exercícios anteriores	15.110,95	
698	Outros custos e perdas extraordinárias			798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	436.124,92	
	Resultados extraordinários	113.054,91					
		500.595,24				500.595,24	

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados incluindo os movimentos ocorridos no exercício:



CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL		(em €)			
		SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	592.182,89			592.182,89
292	Provisões para riscos e encargos	67.313,29	139.112,71		206.426,00
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				
	Total	659.496,18	139.112,71		798.608,89

t) Em 2014, os contratos de locação financeira em vigor eram os seguintes:

Descrição	Ativo Bruto Aquisição	Amortização do Exercício 2014	Ativo Líquido
RetroEscavadora Terex TLB840 PS-LE - n.º inventário 20483	70.848,00 €	12.829,41 €	22.229,73 €
Tractor Agrícola Marca New Holland e Limpa Bermas Marca Agriduarte - n.º inventário 20480 e 20481	46.883,70 €	10.775,08 €	3.712,35 €
Máquina Wagner-Linecoat 860 SP c/KIT de tração - n.º inventário 20482	17.736,60 €	4.926,51 €	2.304,74 €
Multicarregador Telescópico MERLO TURBOFARMER P34.10 PLUS	45.109,00 €	4.510,98 €	40.598,02 €
Escavadora Hidráulica Komatsu PC240NI-7	78.105,00 €	7.810,50 €	70.294,50 €

## Nota 9. Informações diversas

a) Nada de adicional a informar.



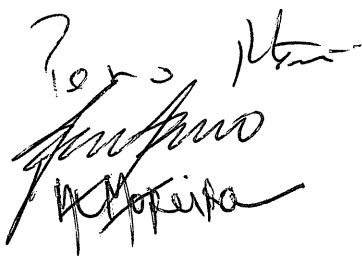


## Declaração de responsabilidade

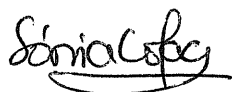
No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2014 do Município de Almeirim declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Os responsáveis subscritores:



Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:



## Declaração anexa

"Subscrevo esta declaração depois de a mesma ter sido assinada pelo Presidente da Câmara e pelos vereadores em regime de permanência, baseada na boa fé, tendo em consideração que existe assimetria no acesso à informação, resultante da diferença das funções exercidas e das responsabilidades assumidas na gestão."

Almeirim, 20 de janeiro de 2017

~~Sílvio Lopes~~

A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to be 'Sílvio Lopes', with a long horizontal stroke extending to the right.



## **DECLARAÇÃO**

No âmbito do processo de prestação de contas,  
\_\_\_\_\_*João Manuel Lopes Guimarães*\_\_\_\_\_, declara  
ainda que a subscrição da Declaração de Responsabilidade, nos termos  
da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de Contas, tem por pressuposto  
e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços  
técnicos da autarquia e certificadas pelo revisor oficial de contas,  
motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas  
legais e regulamentares aplicáveis.

Almeirim, 30 de janeiro de 2017



## DECLARAÇÃO

No âmbito do processo de prestação de contas,  
João Francisco Leão Sá, declara  
ainda que a subscrição da Declaração de Responsabilidade, nos termos  
da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de Contas, tem por pressuposto  
e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços  
técnicos da autarquia e certificadas pelo revisor oficial de contas,  
motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas  
legais e regulamentares aplicáveis.

Almeirim, 30 de janeiro de 2017



## DECLARAÇÃO

No âmbito do processo de prestação de contas, Maria Amélia Castelo Arsenio Botas Moreira, declara ainda que a subscrição da Declaração de Responsabilidade, nos termos da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de Contas, tem por pressuposto e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços técnicos da autarquia e certificadas pelo revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Almeirim, 30 de janeiro de 2017



## **DECLARAÇÃO**

No âmbito do processo de prestação de contas, Paulo Vladimiro Santos Lopes, declara ainda que a subscrição da Declaração de Responsabilidade, nos termos da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de Contas, tem por pressuposto e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços técnicos da autarquia e certificadas pelo revisor oficial de contas, motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Almeirim, 30 de janeiro de 2017



## **DECLARAÇÃO**

No âmbito do processo de prestação de contas,  
PEDRO RIBEIRO, declara  
ainda que a subscrição da Declaração de Responsabilidade, nos termos  
da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de Contas, tem por pressuposto  
e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços  
técnicos da autarquia e certificadas pelo revisor oficial de contas,  
motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas  
legais e regulamentares aplicáveis.

Almeirim, 30 de janeiro de 2017

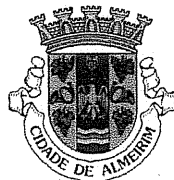


## **DECLARAÇÃO**

No âmbito do processo de prestação de contas,  
Marcos Sebastião Duarte, declara  
ainda que a subscrição da Declaração de Responsabilidade, nos termos  
da Resolução nº 44/2015, do Tribunal de Contas, tem por pressuposto  
e fundamentação o facto das mesmas serem preparadas pelos serviços  
técnicos da autarquia e certificadas pelo revisor oficial de contas,  
motivos pelos quais se dá por verificado o cumprimento das normas  
legais e regulamentares aplicáveis.

Almeirim, 30 de janeiro de 2017





-----CERTIDÃO-----

-----Teresa Isabel de Matos Alexandre, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Almeirim;-----

-----Certifica que:-----

-----Da acta da reunião realizada a trinta de Janeiro de dois mil e dezassete, consta a seguinte deliberação:-----

-----**APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO, REFERENTES AO ANO DE 2014 PARA POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----Proposta do Senhor Presidente:-----

-----"Em cumprimento da alínea i) do número 1 do artigo 33º e alínea l), do número 2 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção, conjugado com os artigos 75º e 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, proponho ao executivo, que aprecie e aprove os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, referentes ao exercício de 2014, a submeter posteriormente à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

-----Propõe-se também a aprovação da presente deliberação em minuta para imediata produção de efeitos, nos termos do número 3 do artigo 57º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, com posteriores alterações."-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por maioria e minuta, com os votos a favor do PS e Coligação Amar a Terra e a abstenção da CDU.-----

-----Por ser verdade e pedida passo a presente que faço autenticar nos termos legais.-----

-----Paços do Concelho de Almeirim, trinta de Janeiro de dois mil e dezassete.-----

A Assistente Técnica

*Teresa de Matos Alexandre*



-----CERTIDÃO-----

-----Teresa Isabel de Matos Alexandre, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Almeirim;-----

-----Certifica que:-----

-----Da acta da reunião realizada a trinta de Janeiro de dois mil e dezassete, consta a seguinte deliberação:-----

-----**APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO, REFERENTES AO ANO DE 2014 PARA POSTERIOR ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----Proposta do Senhor Presidente:-----

-----"Em cumprimento da alínea i) do número 1 do artigo 33º e alínea l), do número 2 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção, conjugado com os artigos 75º e 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, proponho ao executivo, que aprecie e aprove os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, referentes ao exercício de 2014, a submeter posteriormente à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

-----Propõe-se também a aprovação da presente deliberação em minuta para imediata produção de efeitos, nos termos do número 3 do artigo 57º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, com posteriores alterações."-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por maioria e minuta, com os votos a favor do PS e Coligação Amar a Terra e a abstenção da CDU.-----

-----Por ser verdade e pedida passo a presente que faço autenticar nos termos legais.-----

-----Paços do Concelho de Almeirim, trinta de Janeiro de dois mil e dezassete.-----

A Assistente Técnica

*Teresa Isabel de Matos Alexandre*



**Tribunal de Contas**  
**Prestação de Contas**

**Guia de Remessa**

Entidade:	Grupo Público Municipal - Município de Almeirim
Gerência:	01-01-2014 a 31-12-2014
Regime:	Grupo Público Municipal
Forma de entrega:	Forma de entrega única
Processo:	6170/2014
Elabora demonstrações financeiras consolidadas	

**Documentos enviados**

**Documentos de prestação de contas**

Mapas de Demonstrações Financeiras Consolidadas (Contas\_consolidadas\_2014.pdf)

**Outros documentos anexos à conta de gerência**

Certidão da ata (Certidão\_2014\_\_ata.pdf)

Declaração de responsabilidade (Declaração\_de\_responsabilidade\_2014.pdf)



Tribunal de Contas  
Prestação de Contas

Grupo Público Municipal - Município de Almeirim

Contas

Entidade

Conta de Gerência Grupo Público Municipal de 01/01/2014 a 31/12/2014

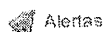
Conta de Gerência Enviada

Contas de Gerência em Curso

Contas de Gerência Entregues

Criar Nova Conta de Gerência

Enviar Conta de Gerência Ativa



Alertas

Pedido de Prorrogação de Prazo

Informa-se que foi proferido despacho pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Conselheiro da Área sobre o pedido submetido. Prazo

[ler mais...](#)

Pedido de Prorrogação de Prazo

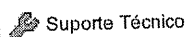
Informa-se que foi proferido despacho pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Conselheiro da Área sobre o pedido submetido. Prazo

[ler mais...](#)

Pedido de Prorrogação de Prazo

Informa-se que foi proferido despacho pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Conselheiro da Área sobre o pedido submetido. Prazo

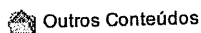
[ler mais...](#)



Suporte Técnico

Pedido de suporte técnico

Perguntas mais frequentes



Outros Conteúdos

Downloads

Manual do utilizador

Documentos de referência

Inquéritos

Entidades prestadoras



Conta de Gerência



A Conta de Gerência foi entregue com sucesso.  
Para posterior consulta o número interno atribuído pelos Serviços do Tribunal de Contas é o: **6170**  
Para imprimir a guia de remessa, aceda à conta através da área "Contas de Gerência Entregues" e carregue no Botão "Ver".



Martins Pereira  
João Careca & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Manuel Martins Pereira  
João Careca  
Alec Beerten  
Elsa Cândia Martins

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 73.186.613 euros e um total de fundos próprios de 55.283.592 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.261.457 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM** em 31 de dezembro de 2014, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Tal como mencionado nas Demonstrações Financeiras Individuais do Município, no n.º 8.2.28, das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, foram efetuados movimentos nas contas da classe 5 “Fundo Patrimonial”, que permitiu corrigir as amortizações calculadas anteriormente à adoção pela 1ª vez do POCAL.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.





### **Responsabilidades do órgão de gestão**

É da responsabilidade do Executivo:

- a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL;
- a elaboração do relatório de gestão e, se aplicável, do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a posição financeira ou os resultados do Grupo; e
- a avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

### **Responsabilidades do auditor**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Incluem-se nas nossas responsabilidades:

- a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido auditadas e, nos casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Executivo, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se as políticas contabilísticas adotadas são adequadas e a sua divulgação apropriada tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 31 de janeiro de 2017

---

**Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.**  
representada por,  
João António de Carvalho Careca



Martins Pereira  
João Careca & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Manuel Martins Pereira  
João Careca  
Alec Beerten  
Elsa Cândia Martins

## RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 76 da lei 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o relatório e nosso parecer sobre o relatório de gestão consolidado e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Executivo do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### Relatório

No desempenho das competências que nos são atribuídas pela alínea e) n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, acompanhámos regularmente a atividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contatos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas, e o respetivo anexo são suficientemente esclarecedores da situação do Município e satisfazem as disposições legais.

### Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas que emitimos, somos de parecer que as contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**, referentes ao exercício de 2014, se apresentam elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Lisboa, 31 de janeiro de 2017

**Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.**

Representada por

João António de Carvalho Careca, ROC n.º 849